



Publicado no Jornal Diário Oficial  
do Município de Campo Largo,

nº 393 Página: 2

Data: 17/08/12

## LEI n.º 2401

**SÚMULA:** "DÁ NOVA REDAÇÃO A ARTIGOS E PARÁGRAFOS DA LEI Nº 1.833, DE 13 DE MAIO DE 2005, CONFORME ESPECIFICA".

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** – Os incisos I a VI do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

*"I – Secretaria Municipal de Assistência Social;*

*II – Secretaria Municipal de Saúde;*

*III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;*

*IV – Secretaria Municipal de Governo;*

*V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;*

*VI – Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania." NR*

**Art. 2º** - Ficam revogados os incisos VII e VIII do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005.

**Art. 3º** – O caput do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 5º A coordenação executiva dos programas e projetos previstos nessa lei fica a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social." NR*



**Art. 4º** - O parágrafo único do artigo 6º da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Parágrafo Único – O fundo de que trata este artigo será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.” NR***

**Art. 5º** - O parágrafo sexto do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

***“§ 6º – As decisões do conselho serão tomadas com a presença de, no mínimo, 07 (sete) de seus membros, tendo o presidente voto de qualidade.” NR***

**Art. 6º** – O artigo 10 da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 10 O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será constituído por 10 (dez) membros, sendo cinco representantes não governamentais, indicados pelos seus respectivos segmentos em Fórum ou Conferência específica para o feito, e cinco representantes governamentais, nomeados pelo Prefeito Municipal, provenientes das seguintes Secretarias:***

***I – Secretaria Municipal de Assistência Social;***

***II – Secretaria Municipal de Saúde;***

***III – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;***

***IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;***

***V – Secretaria Municipal de Justiça e Cidadania.” NR***



**Art. 7º** - Ficam revogados os incisos VI a XII do artigo 10 da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005.

**Art. 8º** - O parágrafo primeiro do artigo 10 da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 1º Dentre os representantes não governamentais, 03 (três) serão representantes de Entidades que atuem há pelo menos 01 (um) ano no município na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e 02 (dois) serão representantes dos portadores de deficiência usuários de programa ou benefício da Assistência Social.” NR*

**Art. 9º** - O parágrafo segundo do artigo 10 da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos dos Deficientes terá um Regimento Interno a ser elaborado pelo próprio Conselho.” NR*

**Art. 10** - Fica revogado o parágrafo terceiro, e seus incisos e alíneas, do artigo 10 da Lei Municipal nº 1.833, de 13 de maio de 2005.

**Art. 11** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 10 de agosto de 2012.

  
**EDSON BASSO**  
Prefeito Municipal